

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA**

**MURILO EDUARDO MACHADO**

**O PROFESSOR HOMEM COMO ESTRANGEIRO NA EDUCAÇÃO INFANTIL:  
PESQUISAS E RELATOS DOCENTES**

**PONTA GROSSA  
2022**

**MURILO EDUARDO MACHADO**

**O PROFESSOR HOMEM COMO ESTRANGEIRO EDUCAÇÃO INFANTIL:  
PESQUISAS E RELATOS DOCENTES**

Trabalho de conclusão de curso apresentado para  
obtenção do título de Licenciado em Pedagogia na  
Universidade Estadual de Ponta Grossa.  
Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Viviane Aparecida Bagio

**PONTA GROSSA  
2022**

**MURILO EDUARDO MACHADO**

**O PROFESSOR HOMEM COMO ESTRANGEIRO NA EDUCAÇÃO INFANTIL:  
PESQUISAS E RELATOS DOCENTES**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Banca Examinadora homologada pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual de Ponta Grossa, como exigência parcial dos requisitos necessários à obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Viviane Aparecida Bagio

(Orientadora)

Universidade Estadual de Ponta Grossa

---

Audrey Pietrobelli de Souza

Universidade Estadual de Ponta Grossa

---

Karina Regalio Campagnoli

Universidade Estadual de Ponta Grossa

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus pais. Edio e Isabel, pelo apoio e por sempre acreditarem em mim.

Aos meus familiares e amigos pela torcida constante.

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado força, saúde e me acompanhado em todos os momentos.

Aos meus pais, Edio e Isabel, que mais do que proporcionar uma boa infância, deram-me uma vida regada de bons momentos, fundaram os fundamentos do meu caráter e que são meu porto seguro, incentivando-me e sempre acreditando no meu potencial.

Aos meus avós, em especial minha avó Maria Rita Machado que não se encontra mais entre nós, mas sei que se estivesse aqui ficaria extremamente feliz por esta conquista minha.

Ao meu amor, Pedro Nattã Ivaniski, que jamais me negou apoio, carinho e incentivo. Obrigado por aguentar os estresses e ansiedade; sem você ao meu lado, esse trabalho não seria possível.

Aos meus demais familiares que sempre me incentivaram e permaneceram ao meu lado! Em especial a minha tia Olga Machado, que sempre torceu por mim, me deu abraços e palavras de aconchego.

As minhas amigas Milena Lopes e Mônica Silva, que me motivaram, e sempre estiveram ao meu lado, lembrando o quanto sou forte e capaz.

A minha professora orientadora, prof<sup>a</sup> Viviane Aparecida Bagio, exemplo admirável de comprometimento com a educação, que caminhou comigo, incentivando-me e guiando-me.

Aos meus professores que de alguma forma contribuíram na minha caminhada de estudante.

Aos colegas de turma, com os quais dividi momentos e aprendizados durante esta caminhada.

À Universidade Estadual de Ponta Grossa que proporcionou o curso de Licenciatura em Pedagogia.

"Onde quer que haja mulheres e homens, há sempre o que fazer, há sempre o que ensinar, há sempre o que aprender".  
(Paulo Freire)

## RESUMO

Ao longo da trajetória escolar, o leitor já teve professores e professoras, e ao resgatar pela memória a mulher é predominante na primeira etapa de ensino. A partir de algumas indagações que ocorreram durante o curso de Licenciatura em Pedagogia, chegamos a problematização central desta pesquisa: quais as impressões a respeito do professor homem na Educação Infantil oriundas de pesquisas acadêmicas e do relato de dois docentes? Para tanto, definimos como objetivo geral retratar a figura masculina na docência em relação à Educação Infantil. Os principais referenciais teóricos do trabalho foram Louro (1997), Vianna (2001), Furlan (2006), Gatti (2010) e Jaeger *et al.* (2017). Utilizamos como metodologia a pesquisa qualitativa, a partir de um estudo bibliográfico e, diferentes portais de pesquisa, sobre a temática estudada, além de um exploratório, sendo que a coleta de dados se deu por meio de entrevistas *online* com 2 professores atuantes na Educação Infantil. A discussão dos dados foi apoiada da Análise Textual Discursiva. A partir da análise, constatou-se que o homem atuante na Educação Infantil é considerado um estrangeiro nesta etapa de ensino, sofrendo preconceitos. Compreendemos, com base nos dados analisados, que há certas limitações do professor no desempenho da profissão. Conclui-se que é preciso que a criança pequena tenha essa vivência com o masculino, entendendo que não existem somente mulheres professoras.

**Palavras-chave:** Educação Infantil; professor; homem; gênero; docência.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Direitos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil – BNCC .....	20
---	----

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do número de docentes, por etapa de ensino – BRASIL- 2016-2020 .....	27
Gráfico 2 - Número de docentes na Educação Infantil, segundo faixa etária e o sexo .....	28
Gráfico 3 - Evolução do número de docentes por etapa de ensino - Paraná-2016-2020 .....	28
Gráfico 4 - Número de docentes na Educação Infantil segundo a faixa etária e sexo - Paraná-2020.....	29

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quantidade de estudos sobre o masculino na Educação Infantil, por portal .....	34
Quadro 2 - Categorias e autores dos textos.....	34

## **LISTA DE SIGLAS**

ATD – Análise Textual Discursiva

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil

DCNEI – Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EI – Educação Infantil

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

PNE – Plano Nacional da Educação

PNEI – Plano Nacional da Educação Infantil

RCNEI – Referenciais Curriculares Nacionais da Educação infantil

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	13
CAPÍTULO 1 - EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTEXTO HISTÓRICO, POLÍTICO E A FORMAÇÃO DOCENTE .....	16
1.1 CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL .....	16
1.2 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL: O CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA .....	21
CAPÍTULO 2 – GÊNERO, AFINAL QUE CONCEITO É ESSE? .....	26
2.1 GÊNERO E DOCÊNCIA: CONCEITOS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES .....	26
2.2 A FIGURA MASCULINA VERSUS A FEMININA .....	31
2.3 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA .....	33
CAPÍTULO 3 – PRODUÇÕES ACADÊMICAS E RELATOS DOCENTES.....	37
3.1 TIPOS DE PESQUISAS.....	37
3.2 ANÁLISE DOS DADOS .....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	45
REFERÊNCIAS.....	47
APÊNDICE A.....	50
APÊNDICE B.....	51

## INTRODUÇÃO

Ao longo do percurso formativo, provavelmente o leitor teve professores e professoras em diferentes momentos. Ao puxar pela memória constata-se que a mulher é a predominante especialmente nos primeiros anos de escolarização, particularmente na Educação infantil. Assim este projeto trata especificamente do professor homem na primeira etapa de ensino. A escolha do tema se deu em função da leitura de uma reportagem<sup>1</sup> feita com professores homens que trabalham na primeira etapa da Educação Básica, que retratam os desafios do trabalho com crianças bem pequenas e pequenas dentro da instituição, considerada um ambiente predominantemente feminino. A motivação pelo estudo dessa temática advém das vivências ao longo do curso de Pedagogia; pela percepção de pouca quantidade de acadêmicos homens na graduação em Pedagogia, e também pelas reflexões do por que o masculino é visto com estranhamento dentro do ambiente escolar.

Além disso, a crença da sociedade é de que o cuidar é visto como trabalho feminino uma vez que as mulheres em geral são mais delicadas, cuidadosas ao: aconchegar, alimentar, trocar as fraldas e nos cuidados presentes na rotina da criança desde bebê. Socialmente a mulher foi designada a atribuir uma responsabilidade por estes cuidados, pelo fato de que na Educação Infantil, existe uma tradição "materna", que se relaciona social e culturalmente com as mulheres. Diferente do homem que é socialmente rotulado como o "chefe" de família, e que deve ocupar cargos altamente intelectuais, fazendo que o cuidado de crianças não esteja presente. Embora não deva haver distinção em que cargos homens e mulheres podem ocupar, esse projeto questiona: Quais as impressões a respeito do professor homem na Educação Infantil oriundas de pesquisas acadêmicas e do relato de dois docentes?

Retratar a figura masculina na Educação Infantil é importante, ao relacionar ao cuidado de crianças na instituição é algo que causa estranheza, pois ao se deparar com um homem em sala de aula, se torna motivo para olhares desconfiados de famílias, e muitas vezes da equipe pedagógica. O termo estrangeiro, no título da monografia, é utilizado com a ideia de que o professor homem encontra-se nessa primeira etapa de ensino como o sujeito despreparado para atuar com crianças.

---

<sup>1</sup> Para acesso ao conteúdo: <<https://novaescola.org.br/conteudo/12153/dois-relatos-surpreendentes-sobre-como-e-ser-um-professor-homem-na-educacao-infantil>>.

Infelizmente o preconceito atualmente ainda vigora na sociedade, na cultura brasileira não é diferente ((i) migrantes, mulheres, e minorias), o cuidar e educar se naturalizou, tornando papel da mulher, uma vez que carrega uma importante função na vida da criança; e o homem acabou excluído por conta da naturalização desse cuidar.

Segundo Arce (2001, p. 173):

A ambiguidade entre o doméstico e o científico chega até os dias de hoje em que, no cotidiano da educação infantil, predomina a utilização de termos como "professorinha" ou "tia", que configuram uma caracterização pouco definida da profissional, oscilando entre o papel doméstico de mulher/mãe e o trabalho de educar.

Com isso a mulher na Educação Infantil desempenha um papel daquela que educa, mas que ao mesmo tempo cuida. Ao apontar o feminino dentro da sala de aula, enfatiza a professora como mãe/cuidadora, dando a ideia de que somente elas são aptas para designar tal função. As limitações do trabalho pedagógico do homem na sala de aula com crianças bem pequenas e pequenas, sempre ocasionará limitações e indagações, pois colocando a Educação Infantil como ambiente feminino confirma-se que: “por ser homem não teria as qualidades requeridas para lidar com crianças pequenas ou não poderia contribuir para sua educação”. (VIANNA; RIDENTI, 1998, p. 101). Desse modo, o preconceito alinhado as instituições de ensino geram uma reflexão de que o sexo masculino não está apto a designar uma função na Educação Infantil, e o cuidado alinhado ao educar também faz parte do homem, uma vez que na ausência da mãe é ele quem assume esse papel.

Ao se deparar com o masculino nessa etapa de ensino é um passo que traz ganhos para a Educação Infantil, pois combate assim o machismo. Muitos casos em famílias as mães defendem que pais não devem realizar tais cuidados, e o homem dentro da escola quebra esses paradigmas que fazem parte da sociedade como um todo. É cada vez mais urgente considerar uma nova forma de olhar a masculinidade, o que indica principalmente que pode haver relações emocionais, relações de afeto, de brincadeiras e de aprendizagem saudáveis entre crianças e cuidadores masculinos na escola e fora dela.

Diante dessa situação, estabelece como objetivo geral desta pesquisa retratar a figura masculina na docência em relação à Educação Infantil. E, como objetivos específicos: a) compreender o contexto histórico e legislativo da Educação Infantil, o

processo formativo de professores e o conceito de gênero; b) analisar as discussões teóricas presentes nas produções acadêmicas que abordam a figura masculina na docência na Educação Infantil; e c) desvelar as impressões de dois professores homens atuantes na Educação Infantil a respeito de ser, estar e fazer.

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de caráter qualitativo, isto é, pressupõe uma relação próxima do pesquisador com os dados de pesquisa. Para tanto, utiliza-se como metodologia a pesquisa explorativa a partir de duas entrevistas com professores homens atuantes na Educação Infantil; e caracteriza-se ainda como pesquisa bibliográfica a partir da realização de um estado da arte em cinco portais, contendo artigos, teses e dissertações a respeito do objeto de estudo desse trabalho. Em seguida foram analisados os dados a partir da metodologia de análise textual discursiva, de Moraes e Galiazzi (2016).

O presente trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro “Educação Infantil: contexto histórico, político e formação docente”, buscamos contextualizar a construção de concepção de criança, como era tratada e como se dava a educação. Delineamos, também, os documentos e leis que contribuíram para que a criança se tornasse sujeito de direitos dentro da sociedade, além de discutir a formação docente e o curso de Licenciatura em Pedagogia.

No segundo capítulo, “Gênero, afinal que conceito é esse”, procuramos conceituar gênero, além de apresentar informações em números de professores homens atuantes nessa etapa de ensino. Posteriormente abordamos as dificuldades que a figura masculina enfrenta na atuação docente, elencando pontos negativos.

No terceiro capítulo, “Produções acadêmicas e relatos docentes” buscamos delinear os resultados das pesquisas realizadas em diferentes portais, referente ao tema desse trabalho, abordando também a metodologia utilizada. Após esse levantamento, trazemos relatos de professores atuantes na Educação Infantil, relacionando com os achados do estado da arte. Por fim são tecidas as considerações finais.

## **CAPÍTULO 1 - EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTEXTO HISTÓRICO, POLÍTICO E A FORMAÇÃO DOCENTE**

Este capítulo apresenta a construção do conceito social da infância, e a atenção ao olhar específico para a criança. A partir do contexto histórico, entendemos a construção da concepção de criança, como sujeito de direitos. A partir dessa abordagem inicial sobre a infância e a criança analisaremos sobre a importância da Educação Infantil para o desenvolvimento da criança.

Este primeiro capítulo está subdividido em dois subtítulos. O primeiro traz uma abordagem do contexto histórico da Educação Infantil, observando como a criança era tratada, e como a educação era realizada. O segundo tópico, discute a formação de professores da Educação Infantil e o curso de Licenciatura em Pedagogia, sendo este o responsável pela formação docente para atuar com as crianças bem pequenas e pequenas nas instituições de Educação Infantil.

### **1.1 CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Com o tempo, a evolução e o respeito pelas crianças são evidentes; e a infância nem sempre foi retratada como é atualmente. Ao longo da história a criança sempre existiu, e ser tratada como sujeitos de direitos foi um percurso árduo. A infância é uma etapa fundamental, para o desenvolvimento da criança, compreende o mundo, e conseqüentemente surgem as descobertas.

No passado a criança não obtinha direitos, precipitava fases de seu desenvolvimento tornando-o adulto antes do tempo. “[...] de criancinha pequena, ela se transformava em imediatamente jovem, sem passar pelas etapas da juventude”. (ARIÈS, 1978, p. 10). A trajetória histórica da infância, não considerava como uma importante etapa da vida, e por muito tempo não havia uma preocupação; pois eram consideradas inferiores, e a atenção para compreender essa fase fundamental de seu desenvolvimento não existia.

O olhar específico para a infância, à atenção para uma educação e comportamento, surge na modernidade. Ariès (1978) em seus estudos coloca que foi no final do século XVI e durante todo o século XVII, que o sentimento da infância começa a se modificar; como o estilo de se vestir, uma atenção à educação e a separação de crianças de classes distintas. Tal mudança estava comumente relacionada à sociedade da época, que se detinham a ter regras, e boas maneiras.

Mais tarde os centros (locais como as escolas eram chamadas) atendiam não somente crianças, mas qualquer faixa etária.

Segundo Santos (2018) a educação era diferenciada dando uma ideia de que crianças pequenas pertencentes às classes mais baixas fossem julgadas e colocadas como fracas; atardando a entrada dessas crianças nos centros. A igreja na época era quem dirigia esses centros, na sua totalidade homens e de idades variadas. Consequentemente surgem os castigos corporais, e acreditavam pelo fato de a criança ser considerada frágil, educava e disciplinava. Nesse mesmo período, há o surgimento das primeiras creches que atendiam filhos das mulheres que trabalhavam na indústria.

As transformações sociais no século XVII preocupavam-se com uma educação moral, e a igreja tinha o papel de guiar as crianças para o caminho do bem, acreditando que elas eram fruto do pecado (SANTOS, 2018). Com a Revolução Industrial, o trabalho foi substituído por máquinas e novamente às crianças foram vítimas de abusos e abandono. Das mudanças ocorridas e com uma intervenção pública foi necessário que houvesse uma instituição de apoio a essas crianças.

Com o capitalismo ganhando força, a infância, o trabalho feminino e a maternidade, bem como os problemas econômicos de organização da sociedade capitalista, a urbanização e o trabalho industrial constituem o pano de fundo histórico para a implantação das primeiras creches no Brasil. Aqui no país sua história se faz recente, pois, segundo Kramer (1987, p.23 *apud* SANTOS, 2018) “as creches iniciam-se com caráter de assistencialista, visando afastar crianças do trabalho servil que o sistema capitalista impunha [...] e tinha como função a guarda das crianças”. Assim torna-se um ambiente de cuidados com as crianças de mães que trabalhavam nas indústrias.

Durante décadas houve avanços em relação aos cuidados infantis, mobilizações sociais, discussões políticas que foram se implementando, tentando superar o assistencialismo e passando a ter um olhar educativo. A partir da publicação da Constituição Federal de 1988, é que a criança passa ser tratada como sujeito individual, diferente dos adultos, por meio de políticas públicas que a reconheçam.

No que diz respeito à educação para a infância, a Constituição Federal (BRASIL, 1988) ressalta:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será provida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Seguindo pelo viés das políticas públicas para a criança, se faz necessário o fortalecimento das leis que garantem os direitos as crianças. E o Estatuto da Criança e Adolescente - ECA (BRASIL, 1990) é publicado com o objetivo de proteção, enfatiza que é dever da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar a efetivação dos direitos referentes à educação, à saúde, ao lazer, à vida, ao esporte, à profissionalização, à alimentação, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e convivência familiar e comunitária da criança e ao adolescente. Assim, as políticas públicas que tratam da educação para a infância se intensificam e a educação de crianças pequenas passa a ser reconhecida como dever do Estado.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (BRASIL, 1996) é promulgada para regularizar a educação no Brasil, garantindo por meio da Lei nº9394/96, a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, formalizando a municipalização dessa etapa de ensino, tornando assim um direito de crianças de 0 a 5 anos frequentarem as instituições. Portanto torna-se obrigatório sob a Lei nº12796/2013 (BRASIL, 1996; 2013) no Art. 6º, que é dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na Educação Básica a partir dos quatro anos de idade.

É publicado em 1998 o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) que pretendia orientar e assim desenvolver, aliado aos professores um trabalho cotidiano com crianças bem pequenas e pequenas (BRASIL, 1998). O documento estrutura-se por idades e envolvem dois campos de experiências, com eixos de trabalhos, objetivos que ajudaram ao professor. Este documento explicitava reflexões em relação à importância de considerar a criança como ser ativo no seu processo de ensino-aprendizagem, respeitando cada sujeito na sua especificidade. Hoje esse documento não é mais utilizado devido às novas demandas e publicações mais atuais.

Em 2001 foi criado Plano Nacional de Educação – PNE (BRASIL, 2001) que visa um alinhamento de ideias para a educação de todo o território brasileiro. O documento traz vinte e seis objetivos, em que retratam uma melhor qualidade no ensino, garantias asseguradas a todas as crianças, ampliando ofertas para creches e pré-escolas, se faz necessário ambiente preparado e profissional da área atuando

em redes públicas e privado. No ano de 2006 foi publicado a Política Nacional da Educação Infantil – PNEI (BRASIL, 2006) assegurando às crianças de 0 a 6 anos direitos educacionais.

Com as discussões e o desenvolvimento ampliados em questões relacionadas às crianças publicam-se as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil - DCNEI (BRASIL, 2009), que organiza e orienta na elaboração de um planejamento curricular para as instituições de ensino. Este documento propunha os eixos norteadores interações e brincadeiras, que devem possibilitar à criança variadas experiências, ampliando seu olhar sobre o mundo.

Em 2015 iniciaram-se as discussões acerca da Base Nacional Comum Curricular, com objetivo de fornecer subsídios em propostas curriculares. Sua elaboração foi bem debatida, e aos que defendiam o documento não deveria ser a única referência para a escola, e durante o processo de construção e de implementação, se fez necessário ouvir opiniões de professores, alunos e comunidade.

A Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2017) é uma política nacional que “[...] constitui-se enquanto um documento normativo que seleciona e organiza os conhecimentos a serem ensinados ao longo dos níveis e modalidades da Educação Básica no Brasil” (BRASIL, 2018, p.7). Trata-se de orientações sobre a educação de crianças e adolescentes, deste modo orientando propostas curriculares de escolas públicas e privadas.

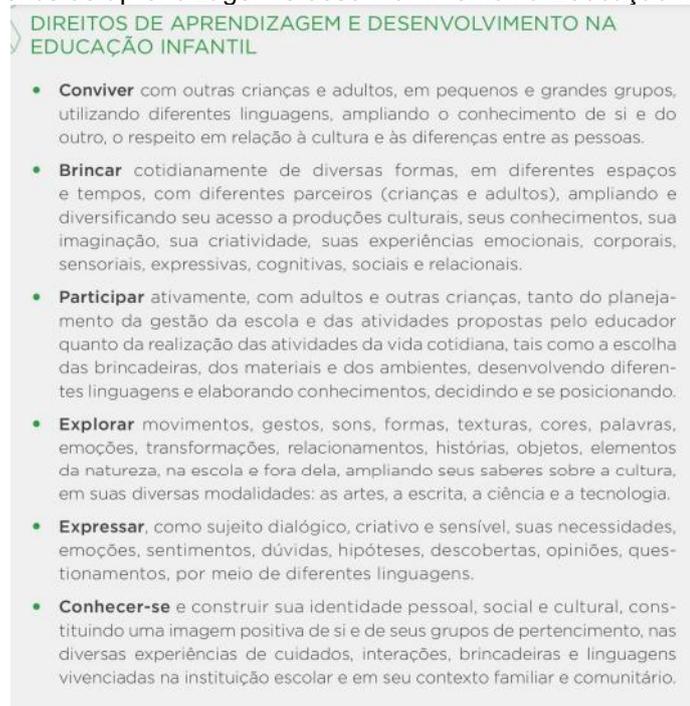
Utilizando-se das leis como parâmetros a BNCC (BRASIL, 2017) propôs um novo conceito ao falar das aprendizagens em que as crianças precisam aprender em seu ano/ série, considerando a idade e o que seria relevante. Tonegutti (2016) ressalta que é uma diretriz que orienta, e não um currículo pronto. Dessa forma, a escola deve considerar às realidades locais bem como trabalhar as questões sociais e ambientais da comunidade onde atua.

Embora a implementação da BNCC (BRASIL, 2017) apresentadas pelo governo federal como ações baseadas na melhoria garantindo equidade, esses processos ignoraram as questões centrais que afetam a educação, como: capacitação adequada e formação para os profissionais, condições estruturais, salários decentes e condições de trabalho adequadas, além de políticas públicas que contribuam para o acesso e permanência dos alunos nas escolas.

No que se refere a sua organização evidencia-se o cuidar e o educar como processo indissociável, além de trazer seis direitos de aprendizagem que a criança necessita para o seu desenvolvimento integral, ativo, protagonista, autônoma; fundamental para aprendizagem de toda criança. Este documento assegura todos os direitos de aprendizagem e desenvolvimento dos sujeitos, tendo orientações para a equipe docente na preparação do currículo local, tornando-se obrigatória.

A BNCC (BRASIL, 2017) traz eixos que são fundamentais para o que as crianças precisam desenvolver na Educação Infantil, como: convivência, brincadeiras, participação, exploração, expressão e autoconhecimento; ampliando sua capacidade de compreender o que acontece ao seu redor, como mostra a figura abaixo:

Figura 1 - Direitos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil – BNCC



Fonte: Brasil (2017, p.38)

Ainda contemplam os cinco campos de experiências para a Educação Infantil, proporcionando para a criança o desenvolvimento de diversas habilidades, além disso, orienta o professor na elaboração do planejamento pedagógico, para que se tenha o desenvolvimento e aprendizado integral da criança.

A BNCC (BRASIL, 2017) também enfatiza a importância da criança aprender interagindo e brincando espontaneamente; e por meio das experiências, e com mediação do professor, tendo intencionalidade. O professor tem o papel de planejar

sua prática docente com o olhar centrado na criança e nas suas necessidades para organizar o processo de ensino e aprendizagem, respeitando aquilo que o sujeito já sabe e o que ela passou, e o que será capaz de alcançar com as atividades propostas.

O documento coloca que na formação dos professores, o objetivo é o melhoramento da qualidade de ensino aos sujeitos e sua valorização no campo de trabalho, pois interfere de forma positiva em qualquer etapa da educação. Assim sendo, o professor tem a necessidade de imprimir intencionalidade educativa, organizando propostas por meio de experiências que permitam às crianças conhecer a si mesmas e aos outros, compreenda a relação com a natureza, a cultura e a produção científica. Desta maneira, “parte do trabalho do educador é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças” (BRASIL, 2017, p.39).

Ainda, é necessário acompanhar essas práticas tanto quanto a aprendizagem das crianças, observando a trajetória de cada uma delas e de todo o grupo, suas realizações, seu progresso, suas possibilidades e as aprendizagens. As transformações na vida das crianças são rápidas e intensas; e o professor deve estar atento ao planejar, e à sua mediação na aprendizagem e no desenvolvimento, visto que essas transformações podem ocorrer de diferentes maneiras e em momentos distintos.

No âmbito legal a criança é considerada um ser histórico-social, com direitos perante a sociedade. Assim conforme surgem novas necessidades e problematizações, vão sendo elaborados documentos que orientam a prática pedagógica para que ela seja percebida dentro do contexto escolar, como sujeito ativo no processo de ensino aprendizagem. Por meio do percurso apresentado neste tópico compreendemos como foi se constituindo a educação da criança no Brasil. No próximo tópico trataremos da importância da formação do professor de Educação Infantil, analisando o Curso de Pedagogia nesse processo de formação.

## 1.2 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL: O CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Historicamente, o curso de Pedagogia sofreu distintas modificações em seu currículo, objetivos, propostas pedagógicas, que interviam na formação deste

profissional. Em 1932 houve uma mudança na educação com a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova<sup>2</sup>, após movimentos se fortalecerem, uma vez que lutavam pela educação e a implementação de universidades no Brasil.

A Escola Normal que formava professores, segundo Tanuri (2000) a organização era bastante simples, com no máximo dois professores para todas as disciplinas num total de dois anos para se completar o curso. O insucesso dessas escolas por inúmeras falhas como currículo malfeito, além de estruturas rudimentares gerando críticas na época, ocasionou pouca procura de alunos levando o fechamento das mesmas. Assim são substituídas por Institutos de Educação que formavam professores em dois anos com disciplinas de fundamentos, além de metodologias de ensino.

Em 1935 foi criado o primeiro curso superior e a Escola de Professores (assim chamada) que passou a ser incluída a Universidade do Distrito Federal, e esta recém-criada passa a conceder “licença magistral”. À medida que a educação ganhava importância, em 1939 o curso de Pedagogia foi criado, primeiramente na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e visava segundo Silva (2006, *apud* FURLAN, 2008, p. 3864) formar bacharéis e licenciados para docência nos cursos normais. A duração de três anos formava-se o bacharel, e para a atuação na formação de licenciado era necessário o acréscimo de um ano de didática, passando ser conhecido como esquema “3+1”.

No início os três primeiros anos do curso eram voltados às disciplinas de fundamentos da educação. O curso de didática no último ano era direcionado a todos os cursos de licenciatura, sendo: Didática geral e Especial, Psicologia Educacional, Administração Escolar, Fundamentos Biológicos da Educação e Fundamentos Sociológicos da Educação. Apenas os dois primeiros eram necessários para que o bacharel em Pedagogia cursasse, pois os demais já estavam contemplados no curso. Este era preparado para cargos de posição técnica na área da educação, e o licenciado era destinado ao ensino. Havia uma separação entre disciplinas de bacharelado e licenciatura, como se as duas não dependessem uma da outra, pois a didática nos mostra como ensinar. Na década de 1950, o bacharel em Pedagogia buscou clarear sua identidade, os alunos estavam

---

<sup>2</sup> Documento com ideias e propostas referente ao processo educacional do Brasil.

insatisfeitos com o curso, pois havia poucas oportunidades na área de trabalho, ou o mercado era incerto e assim não absorviam os egressos.

Diante disso, em 1969 houve mudanças na estruturação, visando formar o professor para o Ensino Normal (licenciado) e do especialista focado na administração, supervisão dentro da instituição de ensino; também se modificou o currículo, oferecendo ao especialista habilitação em um conjunto de tarefas. Segundo Silva (1999, *apud* FURLAN, 2008, p. 3867) os educadores continuaram a enfrentar problemas no mercado de trabalho, assim não conseguiam absorver inúmeros profissionais formados pelo curso. Mais tarde a licenciatura passa a ser chamada de áreas pedagógicas. Houve inúmeras mudanças no curso; a partir da década de 80 organizaram-se movimentos que buscavam mudanças na atuação docente, a elaboração de documentos que ajudassem na reformulação do curso, assim esclarecendo a identidade do pedagogo, buscando respostas na atuação do profissional.

Com o reconhecimento da criança como sujeitos de direitos, a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica; um olhar específico para a formação de professores se fez necessário. A atuação do profissional requer formação em licenciatura em Pedagogia. Como ressalta o art. 62º da LDBEN (BRASIL, 1996):

[...] a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

A formação inicial torna-se um dos pilares mais importantes da prática docente, de certa forma, contribui para que o profissional construa sua concepção cotidianamente, ou seja, estabelecer sua identidade profissional. Com seu processo histórico alicerçado no assistencialismo, e ancorado na extensão do cuidado materno, o professor<sup>3</sup> passou a ser preparado para o trabalho pedagógico. Assim a formação inicial, para o exercício da docência “não pode ser vista apenas como um processo de acumulação de conhecimentos de forma estática, como cursos, teorias, leituras e técnicas, mas sim como contínua reconstrução da identidade pessoal e profissional do professor” (SILVA; GUIMARÃES, 2011, p.14).

---

<sup>3</sup> Utilizo o termo professor no masculino, para que cada vez mais haja inserção de homens no trabalho com crianças bem pequenas e pequenas nas instituições.

Logo, ao se trabalhar com essa faixa etária (0 a 5 anos) o professor em formação necessita compreender profundamente todo o conhecimento sobre a criança, seu desenvolvimento; e proporcionando a ela pensar ativamente, autonomamente em diferentes situações. O profissional licenciado necessita refletir continuamente sobre a prática que está desempenhando, para que se tenha o desenvolvimento das crianças em inúmeros aspectos.

O trabalho docente deve ser facilitador da aprendizagem do sujeito, e a formação inicial deste profissional proporciona um olhar amplo demonstrando através das problematizações das situações em que envolve a criança, pois é nessa fase que os questionamentos devem proporcionar à criança estabelecer hipóteses que envolvam à sua aprendizagem. Cabe ao educador respeitar ao ritmo de cada criança, oportunizando a autonomia e seu desenvolvimento integral. Desse modo Freitas (1999 *apud* CONARCFE, 1989, p.3)

Um educador que, enquanto profissional do ensino (...) tem a docência com base na sua identidade profissional, domina o conhecimento específico de sua área, articulado ao conhecimento pedagógico, em uma perspectiva de totalidade do conhecimento socialmente produzido que lhe permita perceber as relações existentes entre as atividades educacionais e a totalidade das relações sociais, econômicas, políticas e culturais em que o processo educacional ocorre, sendo capaz de atuar como agente de transformação da realidade em que se insere.

Portanto, a identidade profissional do professor não acontece do nada, mas sim é uma prática social configurada à profissão docente, na reflexão crítica da profissão atrelada à realidade social. Assim, o professor carece de um processo contínuo de formação. Nesse sentido, a formação é necessária não apenas para aprimorar a ação profissional ou melhorar a prática pedagógica para, além disso, a formação continuada é um direito de/para os professores.

Ao escolher atuar na docência, o profissional deve ter clareza da sua importância na sociedade, pois o foco principal é a criança. Assim possuir uma formação sólida, pois ao trabalhar na Educação Infantil o professor torna-se fundamental para inclusão social transformadora, e não sendo mediada de qualquer forma e por qualquer pessoa.

Os alunos que optam pelo curso de Licenciatura em Pedagogia, em sua maioria relatam que simplesmente querem ser professores, pois segundo Gatti (2010, p. 1361) “a escolha da docência como uma espécie de ‘seguro-desemprego’, ou seja, como uma alternativa no caso de não haver possibilidade de exercício de

outra atividade”. Sendo assim, optar por um curso de formação de professores é compreender que a Educação Infantil é fundamental para o processo de formação da criança, e trabalhar com crianças pequenas é se atentar a especificidade dela, considerando que o lúdico, o brincar é tão importante quanto aos conhecimentos específicos, sobre o processo de desenvolvimento e aprendizagem, porque permite que as crianças interajam com outros assuntos, possibilitando a construção de novos conhecimentos sobre si e o mundo. Cabe ao docente entender a importância de seu papel, possibilitando o pleno desenvolvimento da criança, não trabalhando de qualquer forma e sim, valorizando e transformando o sujeito.

Todo o percurso neste capítulo contribui para responder ao objetivo de compreender o contexto histórico e legislativo da Educação Infantil, o processo formativo de professores e o conceito de gênero, assim no próximo capítulo finalizaremos o alcance desse objetivo, com uma discussão teórica sobre as questões de gênero. Nessa trajetória teórica, foi possível entender como foi constituindo a educação da criança no país. Entende-se que as leis que garantem a educação gratuita e de qualidade, e de documentos que norteiam as práticas pedagógicas. Dessa forma o curso de Licenciatura em Pedagogia, e a importância da formação de professores na atuação com crianças bem pequenas e pequenas.

Este capítulo retratou a compreensão da concepção de infância e de criança. Ponderando que as crianças expressam suas primeiras experiências na Educação Infantil, o profissional atrelado ao cuidar - educar desempenha um papel muito importante na primeira fase de vida da criança. Deste modo a feminização do magistério naturalizou-se, tornando papel da mulher a esses cuidados. Isso reflete no curso de Licenciatura em Pedagogia em que a mulher é quase a totalidade, e é importante desmistificar essa lacuna em que homens devem estar aptos somente a trabalhos de alto prestígio, e compreender que também podem fazer parte dessa construção dos sujeitos, quebrando tabus e preconceitos. No próximo capítulo buscaremos analisar o gênero na Educação Infantil.

## **CAPÍTULO 2 – GÊNERO, AFINAL QUE CONCEITO É ESSE?**

No capítulo anterior contextualizamos a educação das crianças, em um panorama histórico, mostrando como elas foram pensadas e os processos educativos desencadeados até o momento atual. Para tanto, abordamos esta trajetória a partir de um estudo bibliográfico e, para contextualizar a presença das crianças nas instituições, fundamentamos nos marcos regulatórios que embasam a organização do sistema educacional que propõem a garantia de uma educação gratuita e de qualidade para as crianças, obrigatória a partir dos 4 até os 17 anos.

A primeira seção, intitulada “Gênero e docência: conceito na formação de professores” ela é relativa ao constructo teórico a respeito das questões de gênero, e discute como a mulher é parcela significativa dentro da instituição de ensino, apresentando informações em relação ao número de professores atuantes no Brasil e no Paraná, além de conceituar gênero. Na segunda seção foi realizado um levantamento bibliográfico em diferentes portais, para viabilizar uma aproximação com a temática.

Neste capítulo finalizaremos as discussões teóricas sobre o objetivo de compreender o contexto histórico e legislativo da Educação Infantil, o processo formativo de professores e o conceito de gênero; e também ele intenta atingir ao objetivo de analisar o que dizem as produções acadêmicas a respeito da figura masculina na Educação Infantil.

Na segunda seção “A figura masculina versus a feminina” apresenta as dificuldades enfrentadas pelo professor na atuação nesta primeira etapa de ensino, elencando pontos positivos e negativos no trabalho dentro das instituições.

### **2.1 GÊNERO E DOCÊNCIA: CONCEITOS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

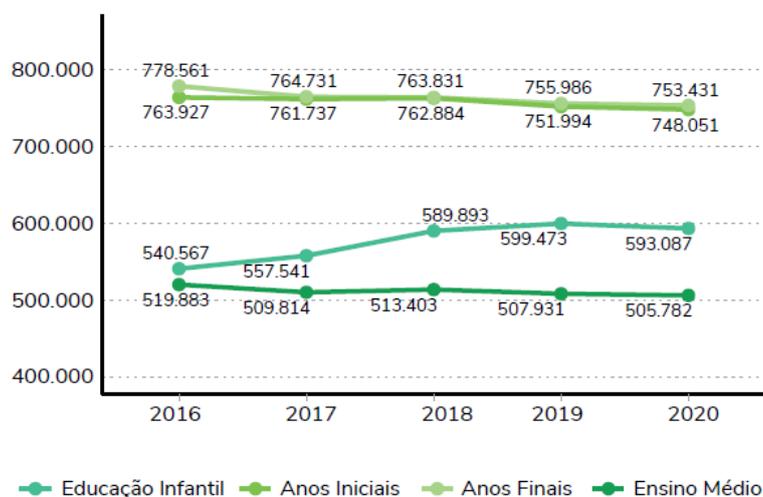
Progressivamente, à medida que a escolarização se tornou cada vez mais necessária, as vagas para tornar-se professor aumentaram significativamente. Na perspectiva histórica as Escolas Normais formavam cada vez mais mulheres, e os homens acabavam abandonando os cursos; e a partir da década de 1920 e 1930 a composição do magistério primário era de mulheres. Segundo Vianna (2013, p. 165):

Em 1920, o Censo Demográfico indicava que 72,5% do conjunto de professorado brasileiro do ensino público primário era composto por mulheres e, entre o total de docentes, sem distinção de graus de ensino, as mulheres somavam 65%.

A profissão de professor, exclusivamente era realizada por homens, cabendo à mulher realizar atividades como cuidado do lar, dos filhos, bordando, costurando não precisando de educação formal. Com o crescimento do ensino Normal, a formação das professoras ultrapassou a capacidade do mercado de trabalho por décadas. Na década de 1990 é divulgado o primeiro Censo do Professor (BRASIL, 1999 *apud* VIANNA, 2001/02)<sup>4</sup> a distribuição mostra que somente 14,1% eram homens e 85,7% mulheres a nível de Brasil, comprovando a feminização na Educação Básica.

Atualmente, as mulheres são a grande maioria. De acordo com Censo escolar (BRASIL, 2016-2020) os professores atuantes na Educação Básica no Brasil somam 2.189.005 docentes, a concentração é maior no Ensino Fundamental, com a atuação de 63%. O censo ainda ressalta os atuantes na Educação Infantil em que houve um crescimento de 9,7%, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 1 - Evolução do número de docentes, por etapa de ensino – BRASIL- 2016-2020



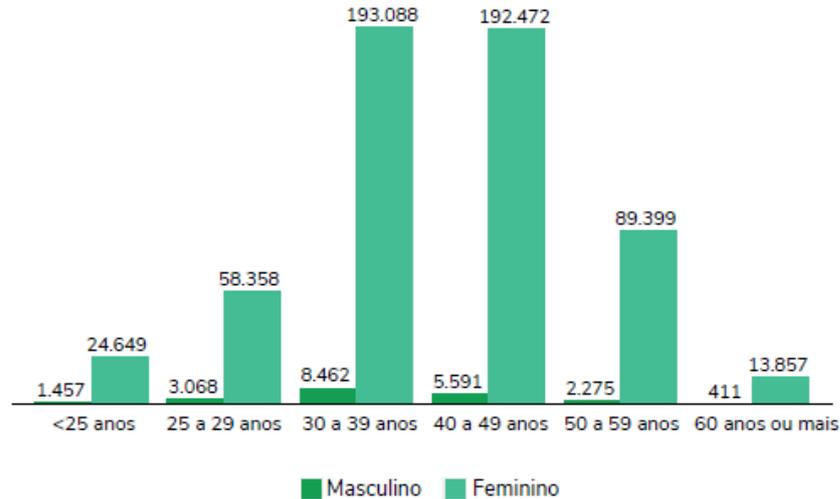
Fonte: Brasil (2020, p. 38)

Os profissionais que atuam na Educação Infantil somam 593 mil. Desses 96,4% são do sexo feminino e 3,6% do sexo masculino. Com idades concentrando-

<sup>4</sup> O Ministério da Educação (MEC), por meio de seu Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), realizou em 1997, pela primeira vez em âmbito nacional, o Censo do Professor, abrangendo 1.617.611 professores das redes pública e particular de Ensino Básico – mais de 90% da categoria, conforme dados do Inep – com o objetivo de contribuir para um diagnóstico que orientasse as políticas educacionais. Esse Censo foi divulgado somente em 1999.

se entre 30 a 39 anos e de 40 a 49 anos. No gráfico 2 estão apresentadas essas informações:

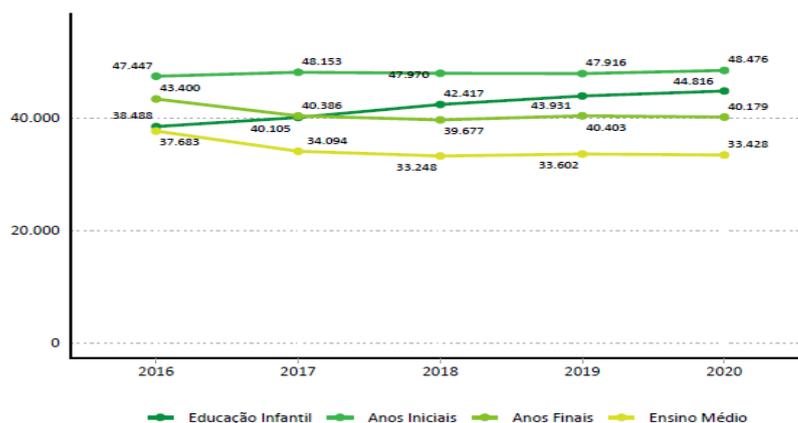
Gráfico 2 - Número de docentes na Educação Infantil, segundo faixa etária e o sexo



Fonte: Brasil (2020, p. 38)

Não só em nível de Brasil, as informações sobre os docentes no estado do Paraná também mostram um aumento. A pesquisa aponta que no ano de 2020 foram registrados 138.740 professores atuantes na Educação Básica. O gráfico abaixo apresenta o número total de docentes desde 2016 até 2020:

Gráfico 3 - Evolução do número de docentes por etapa de ensino - Paraná-2016-2020

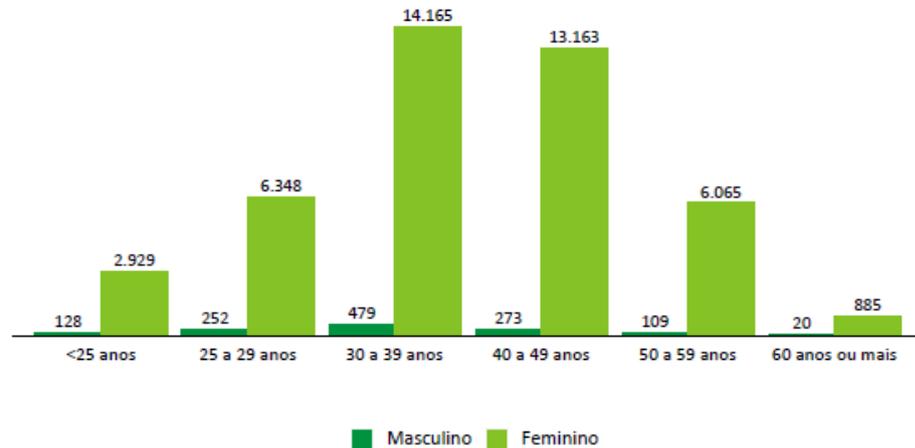


Fonte: Brasil (2020, p. 39)

A concentração maior de atuantes é nos anos iniciais do Ensino Fundamental, em que se encontram 48.476 professores. Na Educação Infantil em comparação a 2016 em que 38.488 docentes atuantes, houve um aumento para 44.816, ou seja,

16,4%. Enquanto ao sexo, o gráfico 4 apresenta a mulher como a principal atuante nessa etapa de ensino:

Gráfico 4 - Número de docentes na Educação Infantil segundo a faixa etária e sexo - Paraná-2020



Fonte: Brasil (2020, p. 41)

Observando as idades os homens concentram-se na faixa etária entre 30 a 39 anos e de 40 a 49 anos. E em linhas gerais o percentual de professores homens da Educação infantil em relação ao todo é de 2,81%, o que evidencia o baixo percentual de homens atuantes nessa faixa de ensino, bem como em suas diferentes idades. Como aponta a pesquisa à mulher é a parcela mais atuante, ratificando que “é possível perceber como é desigual à distribuição de professores de acordo com o gênero [...] em especial na Educação Infantil” (FÁVARO; ROSSI, 2020, p. 535).

Ao se discutir gênero, não diz respeito à figura masculina ou feminina, mas sim uma construção sócio-histórica em que papéis são designados a mulher e não aos homens; e na docência especificamente na Educação Infantil como ressalta Vianna (2001, p.92) “as mulheres são maioria na Educação Básica [...] a Educação Infantil arregimenta mais de 90% das educadoras”. Visto que a feminização do magistério concentra um maior número de mulheres, os homens passam a ocupar funções de alto prestígio perante a sociedade, ganhando salários mais altos.

O termo gênero socialmente é utilizado em relação ao biológico, ou seja, ao sexo do indivíduo, porém vai muito além e envolve construções sociais e não as características naturais. Portanto refere-se como uma construção social do corpo,

como se representa no campo social, principalmente como é compreendida, pois é na sociedade que se constrói relações (desiguais) entre os sujeitos.

Nesse sentido, Louro (2003, p.22) afirma,

As justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas (se é que mesmo essas podem ser compreendidas fora de sua constituição social), mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação.

No campo educacional o determinismo biológico ainda é bastante presente, a mulher é dominante no trabalho dentro das instituições. Pouco se falava em relações de gênero no passado, e nos dias atuais as reflexões sobre essas relações especificamente na Educação Infantil são escassas. A figura masculina causa estranhamento e indagações em diversos grupos da sociedade, havendo diferentes perspectivas aos que defendem uma igualdade, outras as diferenças.

Tal conceito está ligado historicamente com os movimentos feministas, buscando enfatizar as diferenças entre os sexos, como ressalta Scott (1995 p. 72, *apud* MONTEIRO; ALTMANN, 2014, p. 724).

Na sua utilização mais recente, o termo “gênero” parece ter feito sua aparição inicial entre as feministas americanas, que queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O termo “gênero” enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade.

A sociedade como um todo interfere nas profissões que todos nós escolhemos, bem como na maneira como atuamos (VIANNA, p.90, 2001). A feminilidade e masculinidade são construídas de acordo com a cultura, normas, doutrinas em que o sujeito está inserido. Embora os documentos que regem a Educação Infantil não pontuem nenhuma preferência do profissional mais indicado na atuação com crianças, o professor ao entrar em uma instituição com o ambiente já naturalizado, tal presença masculina gera dúvidas, indagações, desconforto em toda a comunidade em que está inserida.

Ao analisar a situação das relações de gênero, sexualidades raramente são abordadas na formação em Licenciatura em Pedagogia, e quando são discutidas recaem “sobre o biológico, da construção social e histórica do corpo” Cruz; Souza (2012, *apud* JAEGER; JACQUES, 2017, p. 555), ou pelas disciplinas optativas que os cursos de graduação oferecem. Todavia tais discussões se fazem necessário um espaço com amplitude nos currículos da formação docente, além dos escolares.

Assim, para que se tenha uma abertura desse tema no projeto político pedagógico da instituição, é fundamental que já na graduação essas informações de aprofundamento se abarque. Afinal, tanto a mulher quanto o homem são capazes de educar e transformar o sujeito.

Ao observarmos a graduação existe uma superação de meninas em relação a meninos, a pouca procura de homens para atuar na docência, exclusivamente na primeira etapa de ensino se dá pelo fato da existência de um preconceito que a sociedade julga; desse modo há certa resistência na aceitação deste profissional nas instituições. Segundo Louro (1997, p. 48) ressalta que “aqueles homens que se afastam da forma de masculinidade hegemônica são considerados *diferentes*, são representados como o *outro* e, usualmente, experimentam práticas de discriminação ou subordinação”; pois o homem é visto com olhares desconfiados na Educação Infantil, taxado como inapto a realizar tal função.

Em nossa sociedade são construídas formas de designação de masculinidade, cada cultura tem uma definição “adequada” para homens, a maioria aprende este comportamento, diferentemente do das mulheres. As mudanças ocorridas nas últimas décadas aproximaram o homem das tarefas de casa e sucessivamente aos cuidados dos filhos; essa nova constituição é papel importante nas relações de gênero, uma vez que nos dias atuais enfrenta entraves nas instituições de ensino. No próximo subtítulo trataremos das dificuldades em que o homem enfrenta no trabalho com crianças pequenas, elencando aspectos positivos e negativos no exercício da profissão.

## 2.2 A FIGURA MASCULINA VERSUS A FEMININA

A atuação masculina dentro das instituições de ensino, aqui focado na Educação Infantil, vem sofrendo certas limitações ao trabalhar com crianças pequenas. Um ambiente caracterizado pelo cuidado, característica atribuída às mulheres, o homem é visto como um estrangeiro pela sociedade dando a ideia de que não é cuidador. Historicamente o trabalho docente teve início por homens, e nos dias atuais o curso de Licenciatura em Pedagogia é caracterizado pela alta frequência de mulheres.

Vianna (2013, p.171) coloca que “as mulheres passam a ser geralmente associadas às atividades como alimentação, maternidade, cuidado e educação. Enquanto os homens são costumeiramente vistos como provedores e relacionados

ao uso do poder”. Assim elas desempenham um papel nas instituições de “mãe/cuidadora”, enquanto eles são relacionados a cargos de prestígio ocupando lugares superiores perante a sociedade.

Há uma resistência na aceitação do homem na primeira etapa de ensino, socialmente é visto com comportamentos mais rudes distante do afetivo; assim na demonstração de sensibilidade entre outras características comuns nas mulheres, causa estranhamento além de dúvidas em relação à sexualidade; como se somente mulheres fossem aptas a exercer tal profissão.

Vivemos em uma cultura carregada de preconceitos, e o homem na instituição de ensino com crianças pequenas são classificados como inapropriados, desempenhando um papel de posição feminina. Quando a figura masculina rompe com essas concepções, são relacionados com pensamentos negativos sobre a atuação; a imagem de um profissional apto a exercer seu trabalho gera comentários de que gostam de crianças por serem pedófilos, homossexuais, ou pelo simples fato de não terem o jeito para atuar nesta profissão.

O campo educacional especificamente ao da Pedagogia não define que a mulher é quem deve atuar na Educação Infantil, ao relacionar o homem atuante na docência causa receio de pais interpretando que possam ocorrer certas formas de tratamento, pois a sociedade em si naturaliza e estereotipiza colocando o homem como um sujeito bruto, dando a ideia que as mulheres são melhores para ensinar, retirando o homem da profissão docente e reinterando à atuação feminina dentro da sala de aula.

A inserção de homens dentro da instituição de ensino é designada muitas vezes ao que trabalha com atividades físicas; e a relação corporal é tida como papel da mulher na Educação Infantil, e segundo Campos (1991, p. 55 *apud* MONTEIRO et al., 2014, p. 334):

É como se a maternidade efetiva ou potencial de qualquer mulher impedisse, ou bloqueasse, a erotização de suas interações com a criança. As imagens de inocência e pureza ligadas à maternidade não parecem extensivas à paternidade. Quando homens se dedicam ao trabalho educativo com crianças pequenas passam a ser suspeitos tanto sobre sua identidade masculina, quanto sobre sua moralidade.

Isso reflete também no campo de estágio na graduação, ao ser inserido na instituição o masculino tende a ficar nas turmas de crianças maiores, pois há uma preocupação e um julgamento, de professores e da equipe gestora, segregando-o

ele da profissão docente. A atuação fica restrita à parte burocrática da instituição, como na coordenação, direção ou supervisão. Outra questão envolve os meios de comunicação, as notícias que são vinculadas e a visibilidade nestas situações que envolvem crianças refletem negativamente nas instituições; a desconfiança e os questionamentos são generalizados através da mídia (JAEGER *et al*, 2017).

O aumento de número de casos de abuso sexual em diferentes esferas causa pavor na sociedade em geral, e os professores atuantes na primeira etapa da educação básica modificam seus comportamentos em relação às crianças pequenas, para evitar possíveis confusões com pedófilos. Nesse sentido Felipe (2006, *apud* JAEGER *et al.*, 2017, p. 558)

A ideia corrente de que só os homens são abusadores em potencial, por possuírem uma sexualidade tida no senso comum como incontrolável, quase “animalesca”. Outro equívoco é associar a pedofilia e o pedófilo aos homossexuais, como se estes representassem um perigo constante aos bons costumes e às práticas sexuais consideradas legítimas. É preciso lembrar também que as estatísticas dificilmente fazem referência às mulheres, na medida em que estas, no exercício da maternidade ou na função de cuidadoras de crianças, parecem estar acima de qualquer suspeita, o que nem sempre é verdade [...] que, para evitarem maiores problemas, procuram não ficar sozinhas com elas – especialmente numa situação de troca de fraldas – ou mesmo colocá-las sentadas em seu colo.

Os profissionais aptos à docência devem ser vistos com outros olhos, a imagem masculina na atuação com crianças pequenas agrega na educação. A relação do cuidado faz parte do homem, uma vez que na ausência da mãe é ele quem assume esse papel. Para compreender mais as relações do professor homem na Educação infantil optou-se por realizar uma revisão de literatura; com isso procuramos realizar um levantamento como forma de aproximação com a temática.

### 2.3 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Esta seção detalha o estudo bibliográfico desenvolvido a respeito da temática de pesquisa, a partir da busca em fontes confiáveis, para um maior aprofundamento de conhecimentos. De acordo com Gil (2008, p. 50) “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Neste trabalho, especificamente, utilizamos artigos, dissertações e teses da área da educação, e também uma pesquisa com embasamento documental, considerando os aparatos legais que fundamentam a Educação Infantil, destalhada no capítulo anterior.

Foram realizadas pesquisas com coletas de informações em portais como: Google Acadêmico, Portal de Periódicos da Capes, Catálogo de Teses e Dissertações, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações e Plataforma Educ@, realizada no dia 07 de fevereiro de 2022. Assim sendo foram encontrados 573 resultados, utilizando-se como descritor “Educação Infantil” AND “Masculino” AND “Profissão Feminina”, essas informações podem ser observadas no quadro abaixo:

Quadro 1 - Quantidade de estudos sobre o masculino na Educação Infantil, por portal

PORTAIS	RESULTADOS
Google Acadêmico	556
Portal Periódicos da Capes	14
Catálogo de Teses e Dissertações	2
BDTD	1
Plataforma Educ@	0
Total de Estudos	573

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados de pesquisa (2022)

Quanto ao Google Acadêmico foram analisadas as 50 primeiras pesquisas. Para uma análise inicial, considerou-se os seguintes critérios de inclusão: temática associada no título e/ou resumo sobre o professor homem na Educação Infantil, pesquisas realizadas na Educação Infantil, e a figura masculina atuante na EI. Como critérios de exclusão, para compor o corpus de análise, foram ignorados estudos em outras etapas de ensino, inversão a figura masculina, quando a pesquisa não foi realizada com professores; assim como citações, resenhas, e estudos realizados fora do Brasil. A partir desses critérios foram analisados preliminarmente os títulos e resumos das publicações, sendo que do montante total restaram 11 estudos para análise mais aprofundada. Por fim após descartar duplicatas restaram-se sete obras das pesquisas realizadas, as quais serão analisadas no próximo capítulo. Dessa forma, a partir da análise de dados elencaram-se as categorias, sendo elas:

Quadro 2 - Categorias e autores dos textos

CATEGORIAS	AUTORES
Estudo bibliográfico	Miguel; Carvalho; Queiroz, (2019), Bahls; Lira, (2019), Silva; Martins, (2016)
Relações entre professores homens e os alunos (cuidar e educar)	Prado; Anselmo; Fernandes, (2020), Fávoro, (2020), Gonçalves; Faria; Reis, (2016)

Desigualdades de gênero (a figura masculina versus a feminina)	Miguel; Carvalho; Queiroz, (2019), Bahls; Lira, (2019), Fávoro; Rossi, (2020), Fávoro, (2020), Gonçalves; Faria; Reis, (2016)
Pesquisas com professores homens	Prado; Anselmo; Fernandes, (2020), Fávoro; Rossi, (2020), Fávoro, (2020), Gonçalves; Faria; Reis, (2016)
Sentimentos em relação ao professor homem (preconceito)	Fávoro; Rossi, (2020), Silva; Martins, (2016), Fávoro, (2020), Gonçalves; Faria; Reis, (2016)
A escola e o masculino	Silva; Martins, (2016)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados de pesquisa (2022)

Diante das categorias aqui apresentadas, e agrupando as temáticas possibilitou assim a compreensão mais ampla do que se desenvolveu sobre o professor homem na Educação Infantil.

Na primeira categoria, “Estudo bibliográfico” percebe-se que os pesquisadores estão realizando pesquisas em relação ao tema deste trabalho, entretanto ainda há muito que ser pesquisado.

Identificou-se também a categoria, “Relações entre professores homens e os alunos (cuidar e educar)”, que por se tratar de um ambiente predominantemente feminino, o homem ao desempenhar funções de cuidados passa a ser visto com outros olhos, como também um sujeito despreparado para tal função, o limitando de certas tarefas. Assim, como ressalta Prado; Anselmo; Fernandes (2020, p. 613) “a ideia de tê-los como professores de crianças pequenas ainda é marcada por estranhamentos e interdições”. Ao estar inserido na Educação Infantil, o homem desconstrói o que a sociedade julga. Desse modo, Fávoro (2020, p. 49) coloca que “na Educação Infantil o cuidado deve ser realizado de forma profissional [...] e não importa se é realizado por um homem ou por uma mulher”. Contudo, a figura masculina na instituição deve contribuir para diversificar, além de uma igualdade de gênero (GONÇALVES; FARIAS; REIS, 2020).

Em outra categoria, “Desigualdades de gênero (a figura masculina versus a feminina)”, os autores discutem as diferenças que o professor homem tem em relação às mulheres, vinculando que elas carregam um instinto maternal. Dessa forma, “na educação, a concepção de que a mulher é a melhor educadora para crianças pequenas foi absorvida pela sociedade” (Gonçalves; Farias; Reis, 2020, p. 994). Ademais, Fávoro (2020) coloca que o masculino é visto como o sujeito que

desempenha um trabalho que envolve “poder”; assim como desde a infância somos levados a acreditar que determinadas profissões são apresentadas como de homem ou mulher. Visto isso, o docente acaba muitas vezes tendo que provar sua competência, lidando com as desconfianças, e também sendo alvo de vigilância constante.

Os estudos selecionados para a categoria “Pesquisas com professores homens” destacam vivências de professores atuantes nesta etapa de ensino (FÁVARO, 2020; FÁVARO; ROSSI, 2020; GONÇALVES; FARIAS; REIS, 2016; PRADO; ANSELMO; FERNANDES, 2020).

Na análise realizada, outro aspecto encontrado foi a categoria, “Sentimentos em relação ao professor homem” os autores retratam preconceito em relação ao trabalho do professor homem na Educação Infantil, atrelando com a homossexualidade e a pedofilia. No que diz Silva e Martins (2016) o preconceito é relacionado ao senso comum. Além disso, a sociedade rotula professores homens atuante na primeira etapa da Educação Básica, como pessoas capazes de cometer atos que vão contra a ética profissional, e também no que diz respeito a sua índole. Ainda, a sexualidade passa a ser contestada, como se o masculino estivesse inapto de desempenhar o cuidado, principalmente no trabalho com crianças pequenas; pois nessa fase o cuidar é constante (FÁVARO; ROSSI, 2020).

Por fim estabeleceu a categoria, “A escola e o masculino” como ressaltam Silva e Martins (2016) como um ambiente de atuação indiferentemente do gênero, e que homens e mulheres podem desempenhar o cuidar e educar nas instituições. Contudo, é preciso que haja motivação na inserção de homens no campo da Educação Infantil. Desse modo, a instituição possibilitando a presença masculina no campo do magistério contribui positivamente, rompendo com os julgamentos presentes na sociedade, somando cada vez mais no desenvolvimento das crianças.

Posto isso, todo percurso neste capítulo finalizamos as discussões teóricas respondendo ao objetivo de compreender o contexto histórico e legislativo da Educação Infantil, o processo formativo de professores e o conceito de gênero, além de intentar atingir ao objetivo de analisar o que dizem as produções acadêmicas a respeito da figura masculina na Educação Infantil.

Sendo assim, no próximo capítulo traremos os tipos de pesquisas que utilizamos neste trabalho, bem como as entrevistas feitas com dois professores homens, relacionando assim com os achados do estado da arte.

## CAPÍTULO 3 – PRODUÇÕES ACADÊMICAS E RELATOS DOCENTES

Neste capítulo abordaremos os resultados das pesquisas realizadas em portais de teses, dissertações e artigos; referentes ao tema de pesquisa desse trabalho. Além disso, entrevistamos dois profissionais com o objetivo de desvelar as impressões de dois professores homens atuantes na Educação Infantil, a respeito de ser, estar e fazer. Tendo em vista a relevante importância do homem na primeira etapa da Educação Básica, há especificidades nas produções acadêmicas no campo educacional e relações a serem tecidas a partir do olhar exploratório do relato dos dois docentes.

No subtítulo “Tipos de Pesquisas” trazemos uma abordagem sobre a pesquisa qualitativa, exploratória; bem como o instrumento de coleta de dados que se deu por entrevistas. Descrevemos ainda, a análise textual discursiva utilizada na sistematização dos dados bibliográficos e das entrevistas. No segundo subtítulo “O que dizem dois professores homens atuantes na Educação Infantil”, analisamos os dados, ressaltando as respostas dadas pelos professores, assim articulando com os achados do estado da arte.

### 3.1 TIPOS DE PESQUISAS

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, ou seja, assume a relação entre o pesquisador e os dados da pesquisa. Triviños (2009) ao citar Bogdan e Biklen (1982), apresenta alguns aspectos básicos sobre pesquisa qualitativa, sendo eles:

1º) A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento chave; 2º) A pesquisa qualitativa é descritiva; 3º) Os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto; 4º) Os pesquisadores qualitativos tendem a analisar seus dados indutivamente; 5º) O significado é a preocupação essencial na abordagem qualitativa; (BOGDAN; BIKLEN, 1982 *apud* TRIVIÑOS, 2009, p. 128-130).

Assim, ressalta-se que na pesquisa qualitativa sua finalidade não é mostrar um resultado final exato, apresentando números factíveis, mas os processos que levaram a análise contínua, considerando todo o processo de estudo realizado. Para tanto utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica (tal como descrita no item 2.3), de cunho exploratório.

A pesquisa caracterizada como exploratória se justifica familiarizar-se com um assunto pouco debatido. De acordo com Gil (2008, p. 27) “são desenvolvidas com o

objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”. Isto é, trata-se de um trabalho inicial, sem pretensão de abranger todo o campo de conhecimento.

O instrumento de coletas de dados se deu por entrevistas, como salienta Gil (2008, p. 109)

Pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.

Deste modo elaboramos um roteiro de entrevista<sup>5</sup>, com perguntas estruturadas, as quais poderiam ser complementadas. Como forma de registrar a espontaneidade dos participantes, as perguntas não foram disponibilizadas preliminarmente; foram gravadas em vídeo e individualmente, transcritas na íntegra e analisadas. Os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)<sup>6</sup> em que tiveram informações acerca da garantia do anonimato, e a de desistir do estudo a qualquer momento.

Depois da realização das entrevistas, realizamos a Análise Textual Discursiva (ATD), em que segundo Moraes e Galiazzi (2016, p. 33) “a intenção é a compreensão, a reconstrução de conhecimentos existentes sobre os temas investigados”. Ainda para os autores há uma organização em ciclos, na qual a primeira (desmontagem dos textos) verificam-se os dados, fragmentando o texto. Em sequência na qual se refere à categorização<sup>7</sup>, ou seja, a relação entre categorias com o referencial teórico, unindo o que há semelhante. Por fim, a captação do novo emergente refere-se ao metatexto produzido pelos dois primeiros processos, não sendo apenas uma combinação, mas um diálogo entre teoria e realidade destacando os resultados.

### 3.2 ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção iremos apresentar as discussões das entrevistas realizadas com dois professores atuantes na rede municipal de ensino de Ponta Grossa. Dessa forma ao descrever as falas dos professores (aqui designados como 1 e 2),

---

<sup>5</sup> Ver apêndice A.

<sup>6</sup> Ver apêndice B.

<sup>7</sup> Utilizada no item 2.3, conseqüentemente aplicada no item análise dos dados.

articularemos com os resultados dos achados do estado da arte. A partir da análise de dados, algumas categorias do estado da arte, conforme relatado anteriormente (tópico 2.3) também aparecem na discussão com os professores.

- Relações entre professores homens e os alunos (cuidar e educar);
- Desigualdades de gênero (a figura masculina versus a feminina);
- Sentimentos em relação ao professor homem (preconceito);
- A escola e o masculino.

O professor homem ainda é pouco visto no trabalho com crianças pequenas, indagações surgem como forma de entender o porquê o masculino não se insere com mais vigor na docência. A partir das narrativas dos professores entendemos qual foi a motivação para que eles atuassem no magistério. Verificou-se que os participantes tiveram formação apropriada para o exercício da docência. O professor 1 relatou:

Pelo fato de sempre desejar atuar na parte da docência, eu sempre quis ser professor de alguma forma, mas fui ao longo do curso concretizando o fato de querer trabalhar com as crianças pequenas, especificadamente. (Resposta do professor 1, na questão 1)

O professor 2 coloca que seu ingresso na Educação Infantil “*Foi uma decisão que já tinha tomado quando fazia magistério [...] já tinha começado a trabalhar na área; falei: ‘então por que não seguir?’*, decidi entrar no curso de Licenciatura em Pedagogia” (Resposta do professor 2, na questão 1). Desta forma os estudos analisados não compreendiam sobre o que levaram os docentes na escolha para atuação na docência com crianças pequenas.

Corroborando que a Educação Infantil é um ambiente que quase na sua totalidade, a docência é desempenhada por mulheres, as pesquisas<sup>8</sup> demonstraram que em nível de Brasil, assim como do estado do Paraná, elas são a maioria. Ao explicar o porquê ingressaram especificamente na Educação Infantil, o professor 2 respondeu:

Uma das razões é porque gosto de crianças, a primeira delas! A segunda é que sempre tive contato com a Educação Infantil [...]. É uma etapa muito importante. Cada dia a gente aprende com elas e é tão legal e gostoso, você chegar à sala de aula, uma semana depois, um mês depois e ver a evolução dessas crianças; isso é muito importante e foi um dos nortes principais que escolhi estar na Educação Infantil. (Resposta do professor 2, na questão 2)

---

<sup>8</sup> Aqui mencionadas no capítulo 2.

A partir do relato, foi interessante perceber que ao adentrar na graduação em Pedagogia, o entrevistado menciona que o gostar de crianças é um fator válido para atuar com essa faixa etária, porém vai muito além. Isso vai ao encontro de acordo com Bahls e Lira (2019) que a ideia associada aos cuidados historicamente, era relacionada ao gostar de crianças. É preciso conhecer a especificidades relacionadas a elas, entendendo como se dá o seu processo de desenvolvimento. O professor 1 coloca que a atuação na Educação Infantil também foi por gostar e querer atuar no espaço docente com os pequenos. Isso demonstra também de acordo com Gonçalves, Faria e Reis (2016) que o gostar é relacionado à ideia de talento, como algo natural; assim o que determina a escolha para a profissão docente, são as possibilidades do meio social que vive. O professor 1 ainda relata também que: *“Tive muita inspiração quando era estudante do ensino fundamental, e que muitas professoras me inspiravam”* (Resposta do professor 1, na questão 2). Fávaro (2020) destaca que é na formação inicial, que os alunos são influenciados pelos professores que têm ao longo de sua trajetória escolar.

Ao tratar de gênero, com relação à categoria “Desigualdades de gênero” percebemos que o homem é pouco relacionado à educação e ao cuidado de crianças pequenas dentro das instituições. Ao questionar o que o professor 1 pensa sobre isso, responde:

Infelizmente na educação tem muito uma visão de cuidado com as crianças, e aí o cuidado é inerente à mulher, a sociedade vê dessa forma, por isso muitos homens não veem a Educação Infantil enquanto um campo de atuação, porque acham que é uma coisa predominantemente feminina porque envolve o cuidar, então é um conceito totalmente errado porque Educação Infantil não é assistencialista, não é função da Educação Infantil cuidar, e sim ensinar, e por isso as pessoas tem essa visão estrutural muito antiga que deve-se cuidar na Educação Infantil, e não; a gente ensina. Quando você percebe que a Educação Infantil é uma etapa de ensino, ela se torna um ambiente de trabalho indiferente de gênero, então homens têm dificuldades de enxergar essa parte, porque já é histórico a questão das mulheres predominantemente na profissão. (Resposta do professor 1, na questão 3)

Na categoria “Relações entre professores homens e os alunos (cuidar e educar)” o cuidado é visto pelo instinto materno que as mulheres carregam, e por esse motivo são consideradas aptas a trabalhar com crianças. Prado, Anselmo e Fernandes (2020) e Silva e Martins (2016) relacionam o cuidar e educar as mães, também as brincadeiras que as meninas já realizam quando pequenas, atribuindo a elas as tarefas domésticas e a maternagem.

O professor 2 responde que: *“(...) é importante ter a figura masculina no CMEI, para que as crianças tenham essa vivência, tenham essa noção que não tem só professora, mas professor também”* (Resposta do professor 2, na questão 3). Sobre isso, Fávaro (2020) aponta que ambos os sexos são capazes de desempenhar o cuidar/educar e destaca que é necessário desempenhar papéis que atendam as propostas pedagógicas da instituição para o desenvolvimento dessas crianças, independente se for homem ou mulher.

Tais cuidados geram muitas vezes olhares desconfiados das famílias, como aponta a categoria “Sentimentos em relação ao professor homem (medo, insegurança, preconceito)” ao saber que a figura masculina atua com seus filhos dentro da instituição. Outra questão levantada é como se dá a relação com a família dessas crianças. Ambos os professores entrevistados colocaram que há uma relação muito boa, e que aceitam; o professor 2 diz que: *“eu fui super aceito não tive problema, os pais aceitaram super [...] os pais não tiveram nenhuma queixa”* (Resposta do professor 2, na questão 4); assim como o professor 1 relata que:

Pelo fato de não serem comuns homens trabalhando com a Educação Infantil, as famílias elas enxergam de forma positiva, algumas não entendem às vezes qual a função do professor de Educação Infantil, elas acham por ter um homem ali ele desempenha funções diferenciadas, mas na verdade não, ele desempenha a mesma coisa que outros professores [...], mas as famílias assim veem de forma positiva a presença de professor homem. (Resposta do professor 1, na questão 4)

Apesar dos entrevistados relatarem que as famílias tem uma boa relação quanto a eles atuantes na instituição, Silva e Martins (2016) argumentam que a preocupação das mães, é de que o homem na Educação Infantil é idealizado no senso comum de que eles não têm capacidade de atuação com crianças pequenas.

Alinhado a essas questões mencionadas acima, perguntamos aos professores se já vivenciaram ou vivenciam algum tipo de preconceito, por estar atuando com crianças pequenas, o professor 2 responde: *“Fui super aceito; as professoras no início do ano, diretora e pedagoga também sempre falavam; nós temos um professor ele está sempre nos auxiliando, e tudo mais; mas foi bem tranquilo, não tive problemas”* (Resposta do professor 2, na questão 5). Quanto ao professor 1, houve um caso isolado:

Por parte de um pai especificamente [...] Ele simplesmente não aceitava que um homem estava trabalhando com a filha pequena dele, mas aí foi uma questão de diálogo com a minha gestão que se posicionou e puxou o pai para um canto e começou a conversar, e explicou que aqui era um

ambiente de trabalho, homens e mulheres podem trabalhar, e ele vai continuar trabalhando com sua filha; porque ele tem formação para isso. E aceitou ao longo do tempo; mais existiu essa barreira inicial. (Resposta do professor 1, na questão 5)

Visto que há certas desconfianças do trabalho masculino com crianças, e com relação à categoria “A escola e o masculino” perguntamos aos entrevistados se já houve algum comentário/atitude/ação diferenciado por parte dos profissionais da escola, o preconceito segundo Silva e Martins (2016) está ligado ao senso comum, enraizado na sociedade. Na mesma perspectiva, Fávoro e Rossi (2020) mencionam que os professores homens que atuam na Educação Infantil, muitas vezes são remanejados para turmas com crianças maiores, pois demandam de menos cuidados relacionados ao corpo. Fávoro (2020) coloca que a escolha docente na atuação com crianças pequenas é alvo de questionamentos ligados à homossexualidade ou pedofilia, como se o homem não tivesse outros motivos que levassem para desempenhar essa profissão.

Com tudo, o professor 1 responde que não houve nenhuma atitude/comentário ou ação sobre ele: “*sempre me trataram super bem, inclusive gostam de ter um diferencial*” (Resposta do professor 1, na questão 6). Já o professor 2 relata que somente há orientações sobre isso:

[...] a gente tem que ter esse cuidado do que você fala, do que você faz, porque às vezes a criança entende de uma forma; chega em casa e fala; os pais vão para a escola achando que é outra coisa, então nessa parte sempre tive cuidado, tanto que a pedagoga estava sempre junto, auxiliando e dando orientação. (Resposta do professor 2, na questão 6)

Inerente ao cuidado de crianças, perguntamos também se havia algum impedimento, que não se aplicava as professoras. O professor 1 diz:

Sim, por exemplo, não é proibido mais é orientado pela equipe de gestão que as questões de higienização, de troca, de limpeza não serão feitas por mim, por questões de segurança mesmo, embora os pais aceitem de alguma forma, o fato de existir um homem trocando as crianças pequenas, filhas deles já é uma coisa: “nossa, mais é estranho”. Soa estranho porque não são acostumados. Então existe uma orientação da gestão, a não fazer determinadas coisas, é questão de segurança pro meu trabalho mesmo. (Resposta do professor 1, na questão 7)

Assim como coloca o professor 2, quanto a realização de tarefas como trocas de roupas ou banheiro:

O professor homem não tem assim o contato com a criança no banheiro e depois do sono na troca de roupas. Geralmente é professora corregente, estagiária ou assistente de Educação Infantil; essas pessoas são as responsáveis para estar auxiliando essas crianças na troca de roupa, ida ao

banheiro. O professor só vai organizar a sala. (Resposta do professor 2, na questão 7)

Gonçalves, Farias e Reis (2016) ressaltam que o homem na atuação docente sofre algumas restrições em relação ao cuidar, e que o receio ao toque físico em crianças é motivo de indagações. As preocupações no momento de higiene fazem que a instituição modifiquem suas organizações, tirando o homem das atividades ligadas ao cuidado e higiene, como mencionado por Prado, Anselmo e Fernandes (2020).

Seguindo por esse viés em que professores homens tem certas limitações em relação ao cuidado de crianças pequenas nas instituições, desconfianças das famílias, preconceitos velados perguntamos aos professores entrevistados se eles já pensaram em desistir dessa carreira. O professor 2 coloca: *“Já [...] principalmente agora que estou numa realidade nova, mas o novo assusta; mas estamos firmes na luta”* (Resposta do professor 2, na questão 8). Em relação ao professor 1 é o oposto, que responde: *“Nunca, não mesmo. Gosto muito do que faço, mas pelo fato de estar desempenhando isso, é o suficiente para eu continuar nesta profissão”* (Resposta do professor 1, na questão 8).

O trecho destacado anteriormente, observamos que apesar dos entraves em relação a eles na atuação docente, não pretendem deixar de seguir nessa etapa da educação básica. Diante do posicionamento do professor 1 em relação ao pensar em desistir da carreira, Gonçalves, Farias e Reis (2020) salientam que o masculino contribui para uma diversidade educacional, além de uma igualdade de gênero.

Ao encerrar as entrevistas com os professores perguntamos se havia outros comentários em relação à temática, sobre o homem na Educação Infantil. O professor 2 responde:

A sociedade é muito mente fechada hoje em dia, então se você vê um professor homem na Educação Infantil, se os pais não te conhecem vão olhar com aquele receio: “nossa, um professor com a minha filha, meu filho”. Hoje em dia é mais comum na rede [...] nós homens temos que mostrar nosso valor, nós temos que sim estar inserido na Educação Infantil porque isso se faz necessário, as crianças precisam da figura masculina no CMEI, precisam ter a visão do professor homem, então isso é muito importante. (Resposta do professor 2, na questão 9)

O professor 1 ressalta que: *“[...] deixar esses estereótipos e preconceitos de lado, se tiver a vontade de atuar, que busque a formação devida e vá atrás. Porque é um campo de atuação como qualquer outro”* (Resposta do professor 1, na questão 9).

Contudo, todo percurso apresentado neste capítulo demonstrou as especificidades do professor homem atuante na primeira etapa da educação básica, através das entrevistas realizadas e, conseqüentemente da análise dos dados. Só assim, entenderíamos algumas das possíveis razões de o homem ser uma parcela pequena dentro da instituição de ensino, entendendo que ambos podem desempenhar o cuidar e educar, quebrando paradigmas que são evidentes na sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho de conclusão de curso partiu da curiosidade por saber mais sobre o professor homem atuante nas instituições de ensino com crianças pequenas. A partir de algumas indagações que foram surgindo durante o curso de Licenciatura em Pedagogia na UEPG, como já mencionadas na introdução deste trabalho, definimos a problematização central desta pesquisa, sendo, “quais as impressões a respeito do professor homem na Educação Infantil oriundas de pesquisas acadêmicas e do relato de dois docentes?”.

Deste modo, propomos como objetivo geral, retratar a figura masculina na docência em relação à Educação Infantil. E, como objetivos específicos: a) compreender o contexto histórico e legislativo da Educação Infantil, o processo formativo de professores e o conceito de gênero; b) analisar as discussões teóricas presentes nas produções acadêmicas que abordam a figura masculina na docência na Educação Infantil; e c) desvelar as impressões de dois professores homens atuantes na Educação Infantil a respeito de ser, estar e fazer.

Iniciamos o trabalho contextualizando como vem sendo construída a concepção de criança e infância, que historicamente não detinham direitos e passavam despercebidas, pulando etapas de seu desenvolvimento. No entanto, os estudos foram avançando e as crianças foram, aos poucos, ganhando mais espaço e passando a serem vistas como sujeitos de direitos, ativas, e capazes dentro da sociedade e do seu processo educativo. Para compreendermos estas conquistas de direitos, sobre a criança e a Educação Infantil, utilizamos das políticas oficiais do nosso país, como a Constituição Federal (BRASIL, 1988), ECA (BRASIL, 1990), a LDBEN (BRASIL, 1996) RCNEI (BRASIL, 1998), PNE (BRASIL, 2001), PNEI (BRASIL, 2006), DCNEI (BRASIL, 2009), e a BNCC (BRASIL, 2017). Assim a Educação Infantil passou a ser considerada como a primeira etapa da Educação Básica, não oferecendo somente o cuidado, mas sim, o desenvolvimento delas; da importância da especificidade das práticas pedagógicas para as crianças da Educação Infantil.

Desta forma, discutimos como se deu a formação de professores e da importância da preparação para atuar na Educação Infantil, pois é nesta fase que a criança constrói sua identidade, conhece a si e o mundo, e o professor deve contribuir para esse processo. Buscamos conhecer as questões de gênero, e assim

percebemos que a mulher é a mais atuante dentro das instituições de ensino, uma vez que a sociedade naturalizou essa atuação docente, pois elas carregam uma importante função na vida das crianças como a maternagem, e a instituição é vista como uma extensão do cuidado, desempenhando assim uma junção do cuidar e educar.

A partir das investigações e das pesquisas do estado da arte, percebemos o quanto ainda são escassos os estudos sobre o homem na atuação com crianças pequenas. Ainda constatamos através das entrevistas com dois professores homens atuantes na Educação Infantil, que há certos receios, preconceitos, desconfianças, sobre o trabalho que desempenham, visto com estranhamento por quem faz parte da comunidade escolar. Todavia, percebe-se que a mulher ganhou espaço no magistério associado às suas características, e o homem ao atuar na docência com crianças pequenas é caracterizado como pedófilos, homossexuais; pois o padrão relacionado a eles é de “autoridade”.

A partir deste levantamento, observamos o quanto nosso trabalho pode contribuir para futuros professores que queiram saber mais sobre a temática, quebrando paradigmas, possibilitando que as crianças tenham a vivência, passando compreender que não existem somente mulheres professoras, mas que também os homens podem sim exercer tal função, desmistificando o masculino como ser bruto, incapaz de cuidar e educar crianças. Cabe ressaltar as dificuldades que tivemos em busca de professores homens atuantes com crianças pequenas, pois como mencionado eles ainda são minoria neste campo de atuação. Logo, almeja-se que a discussão desta monografia não se encerre por aqui, que não haja um ponto final, pois é importante que esse tema seja ampliado; que o homem cada vez mais busque conhecer sobre a Educação Infantil, como campo de atuação.

Finalizamos este estudo destacando a importância do tema aqui apresentado para quem quer seguir nesta etapa de ensino, bem como sejam proporcionadas oportunidades ao homem como profissionais aptos a ingressarem na Educação Infantil, sem se sentirem afetados por preconceitos de uma sociedade que julga qual profissão é masculina ou feminina, excluindo o homem do trabalho com crianças pequenas.

## REFERÊNCIAS

- ARCE, Alessandra. Documentação oficial e o mito da educadora nata na educação infantil. Cad. Pesquisa. **Scielo**, São Paulo, n. 113, jul 2001.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 2ª ed, 2011.
- BAHLS, DIEGO PAIVA; LIRA, Aliandra Cristina Mesomo. Onde estão os profissionais do gênero masculino na educação infantil? Reflexões históricas sobre a docência com crianças pequenas. **Revista Inter Ação**, v. 44, n. 1, p. 243-257, 2019.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Básica 2020**: resumo técnico. Brasília, 2021.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Básica Estadual 2020**: resumo técnico. Brasília, 2021.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF: 16 julho de 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 15 jul. 2021.
- BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o **Plano Nacional de Educação** e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF: 9 de janeiro de 2001. Disponível em [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm). Acesso em: 28 jul. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Curricular Comum**. Dezembro de 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 28 jul. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 15 jul. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 12.796/2013. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: 04 de abril de 2013. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1). Acesso em: 15 jul. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, MEC, SEF, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito da criança de zero a seis anos à educação**. Brasília, MEC, SEB, 2006.

FÁVARO, Jéssica Daniele. **Professores homens: suas trajetórias na educação infantil**. 2020.

FÁVARO, Jéssica Daniele; ROSSI, Célia Regina. “Vai ser um professor?!”: estranhamentos perante a figura do professor do sexo masculino na Educação Infantil. **Zero-a-seis**, v. 22, n. 42, p. 529-557, 2020.

FREITAS, H. C. L. **A reforma do Ensino Superior no campo da formação dos profissionais da educação básica: As políticas educacionais e o movimento dos educadores**. Educação & Sociedade, nº68, 1999.

FURLAN, C. M. A. História do curso de pedagogia no Brasil: 1939-2005. In: Congresso Nacional de Educadores – EDUCERE, 8, 2008. Paraná. **Anais eletrônicos**. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2008/164\\_885.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2008/164_885.pdf). Acesso em: 15 de jul. 2021.

GATTI, B. A. **Formação de professores no Brasil: características e problemas**. Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out.-dez. 2010.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: **Atlas**, 1999.

GONÇALVES, Josiane Peres et al. Olhares de professores homens de Educação Infantil: conquistas e preconceitos. **Perspectiva**, v. 34, n. 3, p. 988-1014, 2016.

JAEGER, A. A; JACQUES, K. Masculinidades e docência na educação infantil, **Revista Estudos Feministas**, v. 25, p. 545–570, 2017.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, 6ª ed. Vozes, 1997.

MIGUEL, KATIA PASCHOALI; CARVALHO, A. S.; QUEIROZ, A. C. O. . A presença masculina na educação infantil: desafios que persistem. **Plures Humanidades**, v. 20, p. 344-360 2019.

MORAES, R; GALIAZZI, M. C. Análise textual discursiva. 3ª ed. **Revista e Ampliada**. Ijuí, 2016.

MONTEIRO, M. K; ALTMANN, H. Homens na educação infantil: olhares de suspeita e tentativas de segregação. **Cadernos de Pesquisa**, v. 44, n. 153, p. 720–741, 2014.

MONTEIRO, M. K; ALTMANN, H. **Trajетórias na docência: professores homens na educação infantil**. ANPEd. Goiânia, 2013.

PRADO, Patricia Dias; ANSELMO, Viviane Soares; FERNANDES, Isabela Signorelli. Professores homens da Educação Infantil: narrativas e (des) encontros entre corpos, brincadeiras e cuidados. **Zero-a-Seis**, v. 22, n. 42, p. 605-631, 2020.

Tanuri, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**. Autores Associados, n. 14, p. 61-88, 2000. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/30070>.

TRIVINOS, A. N. S. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: **Atlas S.A.**, 1ª ed. – 18. reimpr, 2009.

SANTOS, J. S. **O contexto histórico da Educação infantil**. 2018.

SILVA, F. C. F.; GUIMARÃES, M. C. M. **O professor de Educação Infantil: cuidar ou ensinar? Um novo olhar**. IV EDIPE. Goiás. 2011.

SILVA, Júlio Régis da; MARTINS, Viviane Lima. O professor homem na educação infantil: um olhar acerca do preconceito. **Revista científica Intr@ ciência**, Guarujá, Edição, v. 11, p. 1-23, 2016.

VIANNA, Cláudia Pereira, O sexo e o gênero da docência, **Cadernos Pagu**, nº 17-18, p. 81–103, 2002.

VIANNA, C. P. **A feminização do magistério na educação básica e os desafios para a prática e a identidade coletiva docente**. In: YANNOULAS, Silvia Cristina (Org.). *Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações*. Brasília, DF: Abaré, p. 159-180, 2013.

VIANNA, C.; RIDENTI, S. **Relações de Gênero e Escola: das diferenças ao preconceito**. In: AQUINO, J. G (Org.). *Diferencias e Preconceito na Escola: alternativas teóricas e práticas*. 5. ed. São Paulo: Summus, 1998.

## APÊNDICE A

### Perguntas - entrevistas professores

- 1- Porque você escolheu o curso de Pedagogia?
- 2- Quais as razões que motivaram você a entrar na Educação infantil?
- 3- Na docência é raro encontrarmos professores homens na atuação com crianças, o que você pensa sobre isso?
- 4- Como se dá a relação com a família das crianças?
- 5- Já vivenciou ou vivencia algum tipo de preconceito, por estar atuando com crianças pequenas?
- 6- Já houve algum comentário/atitude/ação diferenciado por parte dos profissionais da escola?
- 7- Há algum impedimento em relação ao cuidado de crianças, que não se aplica as professoras?
- 8- Você já pensou em desistir dessa carreira?
- 9- Tem outros comentários em relação à temática, sobre o homem na Educação infantil?

## APÊNDICE B



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Caros professores,

Eu, Murilo Eduardo Machado, graduando do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual de Ponta Grossa, estou desenvolvendo a pesquisa intitulada “O professor homem estrangeiro na Educação Infantil: pesquisas e relatos docentes”, sob orientação da Professora Viviane Aparecida Bagio e que tem por objetivo identificar em pesquisas acadêmicas e em relatos de professores homens, quais as suas impressões a respeito da figura masculina na Educação Infantil.

Você está sendo convidado a participar da referida pesquisa de conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia como sujeito voluntário. A sua participação ocorrerá por meio de contato com o pesquisador Murilo Eduardo Machado, que utilizará como instrumento de coleta de dados uma entrevista online. Aos professores que participarem da entrevista, a identificação dos participantes será apenas no momento da entrevista, para validar o termo de consentimento livre esclarecido, porém seu nome não será divulgado em nenhuma publicação resultante que utilize os dados fornecidos.

Como abordagem ética deste estudo, asseguro-lhe que:

- não sofrerá quaisquer constrangimentos e não interferirá nas suas atividades;
- nos escritos, os professores não serão identificados ou chamados pelo nome;
- você não será avaliado ou testado;
- você poderá desistir a qualquer momento da pesquisa;
- você não sofrerá riscos e/ou benefícios na participação desta.

Comprometo-me enquanto pesquisador responsável em utilizar os dados coletados somente para pesquisa e os resultados poderão ser veiculados através de artigos científicos em revistas especializadas e/ou encontros científicos e congressos, sem nunca tornar possível sua identificação. Será garantido a você o livre acesso a todas as informações da investigação e retirada de dúvidas sobre o estudo, enfim, tudo o que você queira saber antes, durante e depois da participação na pesquisa. Em caso de dúvidas, você poderá entrar em contato com qualquer um dos membros da pesquisa: [vabagio@uepg.br](mailto:vabagio@uepg.br); [18012453@uepg.br](mailto:18012453@uepg.br).

Eu, \_\_\_\_\_, declaro que recebi as devidas orientações sobre os procedimentos desta pesquisa da qual participarei de modo voluntário e que estou ciente que os resultados deste estudo poderão ser utilizados em publicações científicas sobre o assunto pesquisado.

Li, portanto, essa carta e fui orientado quanto ao teor da pesquisa acima mencionada e compreendi o objetivo do estudo do qual fui convidado a participar. Manifesto assim, meu livre consentimento em participar.

Ponta Grossa, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.